

**ANTES E DEPOIS DA NOMENCLATURA GRAMATICAL
BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE OS ADVÉRBIOS
NA GRAMÁTICA NORMATIVA DE ROCHA LIMA**

Isadora Picanco (UERJ)
isadoravpicanco@gmail.com

RESUMO

As discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa, resultado dos estudos linguísticos que fundamentaram os documentos regulares da disciplina nos últimos anos, não são recentes. Nos séculos XIX e XX, as inquietações com o que se ensinava nas salas de aula da língua materna e o objetivo desse ensino já existiam e marcaram uma mudança importante no rumo dos acontecimentos linguísticos: a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Em um cenário de divergências de conceitos e exemplificações nas gramáticas brasileiras, o documento, para simplificar e unificar as designações, tornou oficial para o ensino no Brasil uma nomenclatura simplificada dos fatos gramaticais, o que fez com que gramáticos que já haviam publicado obras precisassem submetê-las a revisões e a reformulações. Essa medida, no entanto, não mitigou os desencontros do discurso gramatical nem mesmo entre a comissão designada a instituí-la. Em vista disso, este trabalho tem como objetivo analisar a gramática de Rocha Lima, um dos integrantes da comissão, que precisou revisar a segunda edição de sua obra, publicada às vésperas da implementação da medida. Para tratar das adequações feitas pelo gramático, serão investigados os capítulos referentes ao estudo dos advérbios nas edições de 1958, antes da Nomenclatura, e de 1962, depois da unificação.

Palavras-chave:

Advérbios. Rocha Lima. Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

ABSTRACT

The discussions about the teaching of Portuguese Language, as a result of the linguistic studies that have grounded the regular documents of the discipline in recent years, are not recent. In the 19th and 20th centuries, the concerns about what was taught in the mother tongue classrooms and the purpose of such teaching already existed and marked an important change in the course of linguistic events: the implementation of the Brazilian Grammatical Nomenclature. In a scenario of divergent concepts and exemplifications in Brazilian grammars, the document, in order to simplify and unify designations, made official for teaching in Brazil a simplified nomenclature of grammatical facts, which made grammarians who had already published works need to submit them to revisions and reformulations. This measure, however, did not mitigate the disagreements of the grammatical discourse not even among the commission designated to institute it. In view of that, this work aims to analyze the grammar of Rocha Lima, one of the members of the commission that needed to revise the second edition of his work published at the eve of the implementation of the measure. In order to deal with the adaptations made by the grammarian, we will investi-

gate the chapters that refer to the study of adverbs in the 1958 editions, before the Nomenclature, and 1962, after the unification.

Keywords:

Adverbs. Rocha Lima. Brazilian grammatical nomenclature.

1. Introdução

Ser docente de Língua Portuguesa na educação básica é lidar, a cada turma diferente ou repetidas vezes na mesma turma, em todos os anos letivos, com questionamentos sobre as nomenclaturas que são dadas no período de escolaridade. Essas questões existem e são fundamentadas, embora sem muita consciência discente, pela abordagem exclusivamente formalista das classes gramaticais e/ou funções sintáticas, por exemplo, desprovida de funcionalidade para a contribuição da formação do indivíduo como leitor e produtor de textos. No entanto, os alunos que se queixam hoje não fazem ideia de que o cenário quanto às denominações já foi muito pior.

Discussão pertinente e necessária, a problemática das nomenclaturas tem raiz nos séculos passados. De acordo com Camara Jr. (2004), todo professor de Português no Brasil se acha/achava obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. Em razão disso, havia, nos séculos XIX e XX, uma extensa lista de possíveis terminologias para um mesmo termo, e aos alunos cabia assimilar o que o professor vigente apresentava. A autonomia quanto à nomeação dos fatos gramaticais criou uma rede heterogênea de termos utilizados, estabelecida pela responsabilidade intelectual da construção do saber metalinguístico.

Esse cenário motivou uma iniciativa oficial do Estado brasileiro em busca de uma “uma terminologia simples, adequada e uniforme” (BRASIL, 1959): a Nomenclatura Gramatical Brasileira, publicada pelo Ministério da Educação em 1959. Conforme Baldini (1999), essa uniformização e simplificação representa um marco fundamental na história dos estudos linguísticos brasileiros por ter impactado, diretamente, a função e o saber do gramático. Em outras palavras, Baldini (1999) explica que, a partir da adoção da Nomenclatura, a autoria do gramático foi colocada em questão, uma vez que deixou de ser uma autoridade do saber sobre a língua para ser um comentador desse saber.

Nesse sentido, limitou-se o dizer gramatical, gerando um movimento de adequação por partes dos autores. Henriques (2009), no capítulo

lo “Nomenclatura Gramatical Brasileira na berlinda” da obra em que trata da institucionalização dessa política linguística, mostra que essa movimentação não foi absolutamente pacífica. Aceita em partes, a Nomenclatura foi encarada com restrições e até mesmo com recusa por alguns gramáticos, que se posicionaram manifestamente contra ela. É justamente essa certa resistência à adoção da Nomenclatura nas gramáticas, utilizadas “no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1959), que interessa a este trabalho.

Sob essa motivação, trabalha-se, aqui, com a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima, assim nomeada por sua produção “estar voltada para as prescrições que pudessem evitar os desvios dos propósitos definidos na época: a preservação da norma culta e o nome de nossa língua nacional” (CORRÊA, 2019, p. 87). O gramático, que há havia publicado sua gramática pouco antes da oficialização da Nomenclatura, foi logo depois integrado à comissão de elaboração do documento. Apesar de sua participação pressupor concordância, o autor sempre preferiu que esse envolvimento não fosse propagado (CORRÊA, 2019) e, além disso, não usava rigorosamente todos os termos estabelecidos.

Dessa maneira, por conta do seu posicionamento mais resistente, torna-se oportuno analisar de que forma o autor fez reformulações em um espaço curto de tempo em decorrência do novo documento oficial. Será feita, assim, uma análise comparativa do estudo dos advérbios nas edições de 1958 e 1962 a fim de investigar se há uma movimentação de adequação depois da determinação oficial. Cumprindo esse objetivo, o presente estudo é organizado da seguinte forma: na seção 1, expõe-se, brevemente, a Nomenclatura Gramatical Brasileira; a seção 2 trata do advérbio enquanto classe gramatical a partir do estudo específico de Bomfim (1988); na seção 3, exploram-se os capítulos de advérbio de Rocha Lima referentes às edições de 1958 e 1962 de sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. A seção 4, por fim, apresenta as considerações finais.

2. Nomenclatura Gramatical Brasileira: a (des)unificadora

No livro dedicado aos 50 anos da Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB), Henriques (2009) viabiliza um encontro profundo entre a comunidade da área linguística e a história do documento, que norteou a produção dos saberes metalinguísticos (COSTA, 2010). Para

iniciá-lo, Henriques (2009) reproduz parte da narrativa de José Chediak, revelada no livro publicado pelo Ministério da Educação acerca não só da história, mas principalmente das motivações da NGB: diferentes denominações dadas para o que hoje se denomina adjunto adnominal na prova de ingresso da Faculdade de Odontologia da atual UFRJ, em 1956. Ao integrar esse relato, Henriques (2009) instiga a discussão sobre o cenário caótico do ensino de língua portuguesa até o final dos anos de 1950.

Evanildo Bechara, em entrevista concedida aos doutorandos de Língua Portuguesa da UERJ em 2017 e registrada no livro *Evanildo Bechara e os bastidores da NGB*, conta que, na época, cada professor dentro de sala de aula, ou escrevendo seus livros, apresentava uma nomenclatura diferente a respeito de um determinado termo, o que explica as treze respostas encontradas na tal prova. De modo geral, o aluno vivia na volatilidade quanto à língua portuguesa, pois ficava sujeito à nomenclatura adotada pelo professor da vez – mesmo sendo da mesma escola. As nomenclaturas “flutuantes”, como classificou Bechara (CAMARA *et al.*, 2020), geraram instabilidade em todo o ensino e prejudicaram, conforme Henriques (2009), única e exclusivamente o estudante, que não sabia como lidar com essas terminologias em provas e concursos.

Com o avanço das discussões da Linguística teórica, ou Linguística Geral, novas nomenclaturas, diferentes das usadas pelos professores de Língua Portuguesa, surgiram conforme Bechara (Cf. CAMARA *et al.*, 2020). A partir daí, manifestou-se o desejo de padronizar a nomenclatura para que os livros didáticos saíssem com uma nomenclatura quase unificada, uma vez que cada grupo preferia um termo ao outro, o que orientaria, assim, os alunos também em contextos de avaliação. Para isso, o Ministério da Educação, que supervisionava o ensino no Brasil, proporcionou reuniões, com a presidência de Antenor Nascentes, entre Celso Cunha, Rocha Lima, Clóvis Monteiro e Cândido Jucá, todos renomados professores do Colégio Pedro II, no final da década de 50.

Essa determinação governamental, conforme Henriques (2009), fomentou o debate sobre o ensino de Língua Portuguesa, incomum na época. Ao mesmo tempo, foi alvo de críticas por não ter proporcionado participação mais ampla dos professores em atuação, uma vez que a decisão que impactaria a sala de aula do país inteiro ficou a critério de cinco docentes. Coube a eles, de qualquer forma, enquanto comissão, “buscar uma nomenclatura que não fosse conservadora, a ponto de ser considerada retrógrada, nem tão inovadora que melindrasse a longa tradição do en-

sino” (HENRIQUES, 2009, p. 17). Nessa busca, Bechara (Cf. CAMARA *et al.*, 2020) conta que o critério adotado foi o da votação: Antenor Nascentes fazia uma eleição para escolher nomenclatura passaria a ser o nome oficial.

No entanto, esse processo não representa a concordância de todos os envolvidos com essa unificação – ou uniformização do discurso gramatical, como compreende Baldini (1999). Pelas relações diretas que tinha, Bechara (Cf. CAMARA *et al.*, 2020) relata que nenhum deles assinaria e adotaria a NGB na íntegra, rigorosamente – afinal, tiveram de apresentar uma proposta de simplificação e unificação na terminologia utilizada nos livros didáticos apenas por designação do Ministério da Educação. Isso acabou se refletindo na necessidade de revisão do texto que a comissão apresentou como anteprojeto. No final, o texto do projeto aprovado foi o que contou com a assessoria da comissão dos professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

A partir desse ponto, nasceu a Nomenclatura Gramatical Brasileira, publicada pela Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, devendo entrar em vigor no primeiro semestre letivo do ano corrente. Resultado dos passos dados pela Linguística teórica, mas também de uma política linguística, essa unidade das nomenclaturas, segundo Bechara (Cf. CAMARA *et al.*, 2020), confortou os alunos e facilitou a compreensão de toda pessoa que trabalha com o termo técnico. Ainda assim, como a NGB pertence à descrição científica, ou seja, à gramática descritiva, sem finalidade prescritiva ou normativa, acredita-se que deve passar por uma revisão de conceitos, acompanhando o progresso dos estudos linguísticos voltados para a descrição da língua portuguesa, que registram e descrevem todos os seus aspectos.

3. A classe gramatical dos advérbios

Com base na NGB, lei que determinou a adoção de “uma terminologia simples, adequada e uniforme” (BRASIL, 1959), os advérbios – localizados na segunda parte, destinada ao estudo da Morfologia – são tratados da seguinte maneira:

VII – Advérbio:

1. Classificação do advérbio: a) de lugar; de tempo; de modo; de negação; de dúvida; de intensidade; de afirmação; b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo, de causa.

2. Flexão do advérbio: de grau: comparativo; de igualdade, de superioridade e de inferioridade; superlativo absoluto (sintético e analítico); diminutivo.

3. Locução adverbial.

Notas:

a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração.

b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação retificação, afetividade, realce, etc. (BRASIL, 1959)

Apesar de ter sido um alento para os alunos, a unificação da nomenclatura dos advérbios, assim como de outras classes, produziu uma série de problemas de descrição linguística. Sem padronizar com conceituações ou análise da estrutura interna, os estudiosos encontraram na NGB um cenário sem estabilidade e com lacunas. Basílio (2004), por exemplo, assinala o caráter marginal da classe dos advérbios na formação de palavras por não ser uma classe que permite derivações posteriores. Sautchuk (2018), por sua vez, declara que a classe dos advérbios em português é de complexa descrição e classificação devido a sua acentuada mobilidade semântica e funcional.

Foi considerando essas e outras questões, não comportadas pela NGB, que Bomfim (1988) se dedicou ao estudo das descrições feitas sobre os advérbios. Para ela, as gramáticas tendem a aparentar certa uniformidade no tratamento dado a essa classe, mas não resistem “a um exame mais acurado” (BOMFIM, 1988, p. 5). Em seu estudo pioneiro e incitador, a autora critica as conceituações de advérbio difundidas pelas gramáticas, pois “não existe correspondência entre a conceituação de advérbios e o comportamento linguístico dos componentes da classe” (BOMFIM, 1988, p. 65), ou seja, há definições frágeis quanto ao que os advérbios desempenham na relação com outras palavras.

Há advérbios, segundo Bomfim (1988), que não expressam circunstâncias, não se referem ao processo verbal e não são intensificadores, desabonando as descrições feitas por muitos gramáticos. Nesses casos, enquadram-se as palavras rotuladas como advérbios de afirmação, de negação e de dúvida, uma vez que, na verdade, “revelam ou expressam uma opinião do leitor ou sua dúvida sobre o enunciado” (BOMFIM, 1988, p. 6), isto é, estão ligadas ao sujeito da enunciação. Da mesma forma, a autora refuta o que se afirma sobre advérbios de intensidade, chamados por gramáticos mais antigos de advérbios de quantidade: “nem sempre esses elementos se relacionam, de fato, a um adjetivo ou a um advérbio” (BOMFIM, 1988, p. 7).

No movimento contrário à NGB, Bomfim (1988) coloca em questão, então, quatro das sete classificações determinadas, elimina-as da classe dos advérbios e excetua os advérbios de modo, de tempo e de lugar. Os de modo, conforme a autora, são os mais legítimos representantes da classe dos advérbios porque são capazes, sim, de modificar um verbo pelo potencial aspecto subjetivo, atuando sobre toda a frase pela possibilidade de mobilidade. Os advérbios de tempo e de lugar, por sua vez, são constituídos por subgrupos – pertinentes do ponto de vista do seu comportamento linguístico – a partir da afinidade semântica dos seus elementos integrantes. Para ela, como há um componente diferenciado dos elementos integrantes dos grupos, “não é pacífico considerar que os advérbios de tempo e de lugar estão relacionados ao verbo” (BOMFIM, 1988, p. 7).

A esse novo quadro, a autora ainda acrescenta os advérbios de causa devido ao registro que as gramáticas fazem sobre uma subclasse, a dos interrogativos. Conforme Bomfim (1988), essas palavras aparecem sempre nas interrogações diretas e indiretas e estão sempre relacionadas às circunstâncias – mesmo que ainda não modifiquem os verbos. Essa subclasse é incluída na NGB no segundo grupo de classificação de advérbios.

Tomando as considerações de Bomfim (1988) como referência, é possível observar que a delimitação do advérbio como classe leva consigo algumas discordâncias difíceis de serem resolvidas. Considerando essa problemática, torna-se oportuno explorar, a seguir, de que forma Rocha Lima se posiciona quanto a essa classe antes e depois da NGB.

4. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima e os advérbios

“Grande e extraordinário Professor, magistral comentador de Rui Barbosa, profundo exegeta da linguagem clássica, espírito ordenado e disciplinado”, escreveu Serafim da Silva Melo sobre Carlos Henrique da Rocha Lima no prefácio da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição foi em 1957. O adjetivo “normativa” como determinante do substantivo “gramática” materializa a preocupação do gramático com o ensino (COSTA, 2010), que sempre teve muita relevância no estudo da língua portuguesa no Brasil.

É importante destacar que Serafim se posiciona criticamente contra a elaboração de gramáticas por amadores, que se prendem às classifi-

ções. A partir disso, valoriza a gramática de Rocha Lima por ser simplificada e voltada para noções justificadas pelos fatos da língua. Sob essas mesmas (e outras) palavras, em 1958, um ano depois da primeira edição, Rocha Lima lança a segunda edição de sua gramática. Essa versão interessa particularmente a este trabalho por ser última antes da oficialização da NGB – de cuja elaboração de medida estatal o autor fez parte.

Depois dessa oficialização, o autor lançou a terceira edição no mesmo ano. A partir daí, suas gramáticas passaram a ser iniciadas por uma advertência, destinada ao professor. Nela, Rocha Lima deixa claro que adapta a sua gramática à NGB, mas sem deformar a “inteiriça estrutura intelectual”, ou seja, ele não a incorpora à sua obra em totalidade mesmo sendo um dos membros da comissão que elaborou o documento. Isso, consoante Surdi (2010, p. 104), representa um movimento dentro/fora da NGB: “o autor está dentro ao fazer parte da comissão e fora quando é preciso adaptar sua obra ao que recomenda o Ministério da Educação e Cultura”.

Em decorrência desse movimento, marcado por autoria, faz-se relevante investigar de que forma Rocha Lima tenta garantir a manutenção de sua posição de gramático que precisa apresentar o “arcabouço gramatical” da língua, como afirma Serafim. Por isso, a seguir, além de se explorar a abordagem feita sobre a classe dos advérbios na edição de 1958, tratar-se-á, também, do tratamento dado a essa classe na edição de 1962, a sétima, pós-NGB, com o intuito de confirmar a intenção de não deformar a proposta inicial de sua gramática.

4.1. Os advérbios na edição pré-NGB

Na segunda edição da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima (1958) trata dos advérbios no capítulo 11. Em um capítulo enxuto e objetivo, o gramático não declara o critério de classificação adotado, mas é evidente que a sua definição parte da propriedade semântica dos advérbios: são palavras modificadoras do verbo e que servem para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal.

Ao apresentar essa compreensão, Rocha Lima (1958) demonstra, também, que, em sua perspectiva, o advérbio só se relaciona com um verbo. Desse modo, os advérbios agem sobre os verbos, exprimindo circunstâncias e podem ser distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 3: Divisão dos advérbios em Rocha Lima (1958).

Circunstância	Exemplos de advérbios
Lugar	Abaixo, acima, além, aquém, aí, ali, aqui, cá, dentro, lá, avante, atrás, fora, longe, perto, dentre outros.
Modo	Bem, mal, assim, adrede, dentre outros, e muitos adjetivos adverbializados com o sufixo <i>-mente</i> ou <i>sem ele</i>
Quantidade	Muito, pouco, assaz, bastante, demais, excessivamente, demasiadamente, etc.
Tempo	Ainda, agora, amanhã, ontem, logo, já, tarde, cedo, outrora, então, antes, depois, imediatamente, anteriormente, diariamente, etc.

O quadro acima, elaborado com base na exposição feita por Rocha Lima (1958), apresenta quatro classificações de advérbios: lugar, modo, quantidade e tempo. Pode-se afirmar que essa edição, antes da NGB, alinha-se, de alguma forma, à proposta posterior de Bomfim (1988): não inclui as noções de afirmação, de negação e de dúvida e destaca as circunstâncias de modo, de tempo e de lugar. Por outro lado, evidencia o que a autora apontou sobre advérbios de quantidade: Rocha Lima (1958) considera-os, mas apenas na relação com os verbos.

Ainda quanto às circunstâncias, Rocha Lima (1958) estabelece, embora não seja explícito, uma perspectiva de quantificação ao denominar como locução adverbial as expressões constituídas por duas ou mais palavras que funcionam como um advérbio, como “às vezes”, “às escondidas” e “de propósito”. Diante disso, entende-se que advérbio corresponde a uma única palavra que modifica um verbo, enquanto a locução adverbial é a expressão que, ao exprimir circunstância, também o modifica.

Além disso, outro ponto de destaque é a abordagem do gramático quanto aos advérbios interrogativos. Para ele, são considerados advérbios interrogativos as palavras “onde”, “quando”, “como” e “porque” nas perguntas diretas e nas indiretas, denotando, respectivamente, lugar, tempo, modo e causa. Apesar dessas manifestações, Rocha Lima (1958) não os insere na distribuição feita de acordo com as circunstâncias, mas os coloca como à parte, assim como Bomfim (1988) o fez, estabelecendo-os como subclasse.

Finalizando o capítulo, o gramático apresenta uma observação:

Palavras e locuções que indicam afirmação (sim, certamente, com efeito), negação (não, qual nada!), exclusão (só, apenas, exclusive), inclusão (também, mesmo), avaliação (quase, mais ou menos), designação (eis), dúvida (talvez, acaso, porventura), explicação (como, a saber), retificação

(aliás, ou melhor), gradação (mais, muito, tão), etc. não exprimem nenhuma circunstância, razão pela qual não se podem, a rigor, considerar advérbios.

Algumas destas palavras e locuções antes modificam a frase em sua totalidade do que ao verbo em particular, manifestando-se, por meio delas, uma apreciação subjetiva da pessoa que fala. (ROCHA LIMA, 1958, p. 165-6)

Mais do que uma observação, o que Rocha Lima (1958) assegura é essencialmente provocador. O autor considera que determinadas indicações podem modificar uma frase integralmente, não apenas o verbo, manifestando, conseqüentemente, a apreciação subjetiva do falante. Incluindo as noções de afirmação, de negação e de dúvida, Rocha Lima (1988) se encontra novamente com Bomfim (1988), mas não fica restrito a essas noções apenas.

4.2. Os advérbios na edição pós-NGB

Na sétima edição, pós-NGB, Rocha Lima (1962) não reelabora a definição dada na edição de 1958 e reafirma, sob o viés da propriedade semântica da classe gramatical, que os advérbios são palavras modificadoras do verbo e servem para as várias circunstâncias que cercam a significação verbal, ou seja, sua definição ainda circunda a classe dos verbos.

Apesar dessa manutenção, o autor apresenta um ponto atualizado. Na edição em pauta, reconhece que há advérbios que “podem também prender-se a adjetivos, ou a outros advérbios, para indicar-lhes o grau” (ROCHA LIMA, 1961, p. 163): os que expressam intensidade. Essa declaração antecipa o que Bomfim (1988) postula sobre essa circunstância e, ao mesmo tempo, provoca questionamentos sobre a definição mantida: se há o entendimento sobre os advérbios poderem modificar advérbios e adjetivos, por que a definição não engloba também a segunda classe como a que sofre modificação?

O autor não dá esclarecimentos sobre isso, mas sugere que esses advérbios de intensidade têm caráter diferenciado ao destacar, especialmente, o advérbio “que”. Para ele, esse advérbio carrega tanta força emocional que dispensa a presença de qualquer adjetivo, concentrando-se no “que” a ideia global qualificativa e intensificadora, como na frase “Que apresentação maravilhosa!”.

Nesse sentido, Rocha Lima (1962) apresenta como os advérbios se distribuem, cuja organização foi feita no quadro abaixo:

Quadro 4 - Divisão dos advérbios em Rocha Lima (1962).

Circunstância	Exemplos de advérbios
Dúvida	talvez, quiçá, acaso, porventura, provavelmente, eventualmente etc.
Intensidade	muito, pouco, assaz, bastante, demais, excessivamente, demasiadamente etc.
Lugar	Abaixo, acima, além, aquém, aí, ali, aqui, cá, dentro, lá, avante, atrás, fora, longe, perto etc.
Modo	bem, mal, assim, adrede etc. (e muitos adjetivos adverbializados com o sufixo – mente ou sem ele)
Tempo	Ainda, agora, amanhã, ontem, logo, já, tarde, cedo, outrora, então, antes, depois, imediatamente, anteriormente, diariamente etc.

Tomando como base a uniformização proposta pela NGB, Rocha Lima (1962) não se adequa. O teórico apresenta apenas quatro classificações de advérbios. Para ele, os advérbios podem expressar as circunstâncias de dúvida, incorporada pós-NGB, intensidade, lugar, modo e tempo, desconsiderando as circunstâncias de negação e de afirmação determinadas pelo documento de Simplificação e Unificação. O autor, dessa forma, reformulou o que havia afirmado sobre os advérbios de dúvida, circunstância desaprovada por Bomfim (1988).

Seu posicionamento mais resistente é manifestado também no que se refere aos advérbios interrogativos. De acordo com a NGB, os advérbios interrogativos podem ser classificados como de lugar, de tempo, de modo e de causa. Apesar de apresentar essas classificações, já expostas na edição de 1958, Rocha Lima (1962) insere mais uma circunstância possível nas perguntas diretas e nas indiretas: a de quantidade. Assim, passa a considerar que os advérbios interrogativos são materializados pelas palavras “onde”, “quando”, “como”, “porque” e “quanto”, denotando, respectivamente, lugar, tempo, modo, causa e quantidade (às vezes, preço).

Em relação à locução adverbial, Rocha Lima (1962) mantém a perspectiva de quantificação adotada na edição anterior. Define, então, que locução adverbial corresponde a duas ou mais palavras que funcionam como um advérbio, como “às tontas”, “por milagre” e “às pressas”. Condição, portanto, com o que determina a NGB.

Assim como na edição de 1958, faz uma observação, com o mesmo teor, ao finalizar o capítulo. Segundo o gramático,

Palavras e locuções que indicam afirmação (sim, certamente, com efeito), negação (não, qual nada!), exclusão (só, apenas, exclusive), inclusão

(também, mesmo), avaliação (quase, mais ou menos), designação (eis), explicação (como, a saber), retificação (aliás, ou melhor), etc... não exprimem nenhuma circunstância, razão pela qual não se podem, a rigor, considerar advérbios.

Algumas destas palavras e locuções antes modificam a frase em sua totalidade do que ao verbo em particular, manifestando-se, por meio delas, uma apreciação subjetiva da pessoa que fala (ROCHA LIMA, 1962, p. 165)

Se antes da NGB essa observação pareceu provocadora, em um cenário pós-NGB, mostra resistência. Rocha Lima (1962) segue descartando as indicações de negação e de afirmação como circunstâncias expressas pelos advérbios, já que, para ele, não expressam circunstâncias, mas juízos de valor, posicionamento também defendido em Bomfim (1988). Ao mesmo tempo, parece, agora, respaldado ao não enquadrar certas palavras entre os advérbios, já que a NGB assegura que, de fato, terão classificação à parte e sugere uma lista aberta, sendo a relação de Rocha Lima (1962) admissível.

O único ponto que aparenta resultado de reformulação é a não inclusão das noções de dúvida e de gradação. A primeira não aparece porque Rocha Lima (1962) a reconsidera e a concebe como uma circunstância expressa pelos advérbios, o que justifica a sua presença no quadro 4. Do mesmo modo, a segunda noção é reexaminada e passa a ser analisada sob uma outra perspectiva.

Essa nova perspectiva articula a noção de gradação à flexão do advérbio, conceito novo em relação à edição de 1958 e previsto na NGB. Conforme Rocha Lima (1962), alguns advérbios, principalmente os de modo (quadro 4), são suscetíveis de gradação. Podem ser empregados, nesse sentido, no comparativo (de superioridade, de inferioridade e de igualdade) e no superlativo (relativo ou absoluto), elevação que, para o autor, pode ser também feita pela forma do diminutivo a certos advérbios de lugar e de tempo.

5. Considerações finais

A partir dos pontos expostos, sabe-se que a implementação da NGB, necessária para padronizar as descrições dos fatos gramaticais, limitou o discurso gramatical dos estudiosos – e não amadores – que se dedicavam a descrever a língua. Consequentemente, gerou, também, um quadro frágil de conceituações e análises. Um exemplo disso é a descrição linguística feita sobre os advérbios, que, de acordo com Bomfim

(1988), em estudo posterior à oficialização da medida, provocou discordâncias difíceis de serem resolvidas.

A análise do estudo dos advérbios nas edições de 1958 e de 1962 da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima evidenciou isso. Apesar de ter feito parte da elaboração do documento, a não adaptação em sua obra reforça o posicionamento que o gramático sempre teve em relação à NGB: era contrário a essa medida. O autor não ignora o documento oficial, mas não cede a todos os termos estabelecidos. Na verdade, ele reformula o que, para ele, faz sentir ser reformulado e mantém as ideias de saberes linguísticos que julga coerentes e admissíveis. Dessa forma, a recusa parcial valoriza o seu dizer gramatical e seu papel de gramático que, de fato, reflete sobre a língua.

Este trabalho, no entanto, não esgota, de modo algum, as questões que envolvem a NGB e olhar de Rocha Lima aos advérbios – até porque, sendo o gramático com mais edições publicadas, isso não seria possível. Com os avanços dos estudos linguísticos, muitas descrições já foram feitas sobre os advérbios, problematizando as determinações da NGB.

No entanto, espera-se ter contribuído, por meio da presente exposição, não só para o estudo dos advérbios e de Rocha Lima, mas também para a NGB, que não sofreu nenhuma modificação desde 1959 apesar de muitas críticas direcionadas a ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270704/1/BaldiniLauroJoseSiqueiraM.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BONFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática - Col. Princípios, 1988.

BRASIL. Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. Dispõe sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos de Mattoso Camara Jr. In: UCHOA, Carlos Eduardo F. (Org.). Nova ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.*

CAMARA, Tania Maria N. L.; MONTEIRO, Luiz Antônio Cavalcanti; FELIPE, Márcia da Gama Silva; SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento (Org.). *Evanildo Bechara e os bastidores da NGB*. 1. ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020. v. 1. 94p.

CORRÊA, Hydelyvídia Cavalcante de Oliveira. *Uma análise dialógica do discurso de gramáticas pedagógicas brasileiras no período sócio-histórico de 1900 a 1960*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. 273 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215318/PLLG0786-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2021.

COSTA, Thaís de Araújo da. *Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. 130 f. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2891. Acesso em: 26 set. 2021.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa (curso médio)*. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Brigiet & Cia., 1958.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa (curso médio)*. 7. ed. Rio de Janeiro: F. Brigiet & Cia., 1962.

SAUTCHUK, Inês. *Prática de morfossintaxe*. Barueri/SP: Manole, 2018.

SURDI, Marcia Ione. *Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no mesmo*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010. 132 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9823/SURDI%2C%20MARCIA%20IONE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2021.